

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

REDES ILEGAIS E TRABALHO ILÍCITO: COMÉRCIO DE DROGAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA DE CORUMBÁ/BRASIL – PUERTO QUIJARRO/BOLÍVIA

Giovanni França Oliveira, Gustavo Villela Lima da Costa

Boletim Gaúcho de Geografia, 38: 137-156, maio, 2012.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37323/24104>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2012.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

REDES ILEGAIS E TRABALHO ILÍCITO: COMÉRCIO DE DROGAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA DE CORUMBÁ/BRASIL – PUERTO QUIJARRO/BOLÍVIA

GIOVANNI FRANÇA OLIVEIRA¹

GUSTAVO VILLELA LIMA DA COSTA²

RESUMO

Este artigo realiza uma pesquisa etnográfica na cidade de Corumbá na fronteira entre Brasil-Bolívia, com o objetivo de analisar algumas formas e modalidades de trabalho “ilegal” e suas dinâmicas fronteiriças específicas, a partir do trabalho dos comerciantes de drogas ilícitas da região. O comércio de drogas local que opera entre Ladário/ Corumbá e Puerto Quijarro/ Puerto Suarez apresenta alguns elementos que nos permitem discutir como a fronteira permite a possibilidade de capitalização rápida a partir deste comércio, que gera uma rede ampla de atores sociais transnacionais que trabalham com esse tipo de atividade. É na vida das ruas da cidade de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas que podemos enxergar as relações sociais envolvidas nessas modalidades de trabalho e a capilaridade deste fenômeno na vida dessas cidades de fronteira. Sendo assim, a partir de etnografia realizada, foi possível perceber que as modalidades de trabalho, consideradas ilegais pelo Estado não podem ser subestimadas em sua importância na economia local, com grande extensão e multiplicação de atores sociais implicados que usam o “diferencial fronteiriço” como um recurso.

Palavras-Chave: Fronteira. Comércio de Drogas. Economia Ilegal

ILLICIT WORK AND ILLEGAL NETWORKS:
THE DRUG TRADE IN THE BORDER
REGION OF CORUMBÁ / BRAZIL – PUERTO QUIJARRO / BOLIVIA

ABSTRACT

This article presents an ethnographic research in the city of Corumbá in Brazil-Bolivia border, in order to examine some ways and means of “illegal” work and its specific border dynamics, based upon the work of the illicit drug dealers in the region. The local drug trade operating between Ladário /

1 UFMS Corumbá-MS vivendo5000@gmail.com

2 UFMS Corumbá-MS guvillela75@ig.com.br

Corumbá and Puerto Quijarro / Puerto Suarez has some elements that allow us to discuss how the border imposes the possibility of capitalizing quickly from this trade, which generates a large network of transnational social actors who work with this type of activity. It is through the life of the streets of Bolivian cities and at Corumbá that we can see the social relationships involved in these types of work and outreach of this phenomenon in the lives of these border towns. Thus, from ethnography, it was revealed that the working arrangements, considered illegal by the state cannot be underestimated in its importance in the local economy, with great extension and multiplication of social actors involved to use the “border differential” as a resource.

Keywords: Border. Drug Trade. Illegal Economy.

INTRODUÇÃO³

No extremo oeste do estado de Mato Grosso do Sul situa-se Corumbá, conhecida regionalmente e nacionalmente como capital do pantanal, situada na margem direita do rio Paraguai. A cidade, que faz fronteira com a Bolívia, foi fundada no final do século XVIII primeiramente como um destacamento militar a fim de barrar o avanço espanhol nessa região (ESSELIN, 2000, p. 151). Logo após sua fundação, em pouco tempo, se tornou um dos maiores entrepostos comerciais de navegação do império brasileiro no século XIX. As mercadorias que passavam por Corumbá abasteciam, na época, a província de Mato Grosso, tornando-se o terceiro maior porto fluvial das Américas. A cidade adquiriu, então, grande importância no cenário nacional e internacional, atraindo muitas pessoas de diferentes nacionalidades que imigraram para a região para montar seus próprios negócios ou para trabalhar no porto. Junto a Corumbá, a três quilômetros de distância situa-se a cidade de Ladário, de grande valor histórico já que é a cidade mais antiga do estado de Mato Grosso do Sul.

Ambas as cidades estão situadas na fronteira com a Bolívia. O primeiro contato com o lado boliviano se dá pelo distrito de Arroyo Concepción. Dois quilômetros mais à frente está localizada a cidade de Puerto Quijarro, que por sua vez é vizinha da cidade de Puerto Suárez, capital da província de German Bush departamento de Santa Cruz.

3 Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de Mestrado, em andamento, intitulada “Nas Bocas de Corumbá-MS: Comércio de drogas na fronteira Brasil-Bolívia” de Giovanni França Oliveira, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Villela Lima da Costa do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

São cinco localidades, que se formam uma semi-conurbação, de grande articulação sócio-econômico-cultural. É um território de grande configuração estratégica, por ser o ponto de contato entre o Brasil e a Bolívia. Por ali passa o gasoduto e um acumulado de mercadorias outras (chegam ou partem) utilizando o rio (com seis portos ali cravados) a rodovias e as ferrovias que se encontram, porém, não se prendem... (MACHADO, 2009, p.33).

Após um longo período de crise econômica causada pela falência portuária no final da década de quarenta do século 20, a cidade passou por um novo período de estagnação do recente setor industrial na década de 1960, que se instalou na região graças ao fomento da chegada da ferrovia Noroeste, quando ocorreu um estreitamento das relações de fronteira nessa região. Entretanto foi só a partir da década de 1980 que ocorreu, de fato, uma aproximação maior entre as duas fronteiras, principalmente a partir do crescimento do lado boliviano, na área comercial. É preciso destacar também, o crescimento econômico do departamento de Santa Cruz, impulsionado por capitais estrangeiros, que se refletiu diretamente nessa região de fronteira (que historicamente é um entreposto comercial). (MACHADO, 2009, p.34).

Dessa forma há todo um redesenho das relações sócio-econômico-culturais que são evidentes entre ambos os lados da fronteira. Junto com o crescimento econômico gerado na região da semi-conurbação, ocorreu concomitantemente o crescimento da criminalidade que está diretamente ligada ao tráfico internacional de drogas. No início da década de 80 do século anterior viu-se um reordenamento do tráfico internacional de drogas nas Américas, tanto nos meios de exportação quando na sua própria estrutura de funcionamento, já que a partir daí, com a invasão do Panamá pelos Norte Americanos, fecha-se o cerco aos grandes cartéis de narcotraficantes nesse paraíso exportador de drogas caribenho. Neste momento um dos maiores cartéis do tráfico de drogas nesse período (Medelín) iniciou um reordenamento na rota da exportação de drogas na América do sul, voltando suas operações para o território brasileiro anteriormente secundário neste comércio (STEIMAN, 1995, p.20-21). É importante ressaltar também que as fronteiras sul-americanas passaram a ganhar maiores atenções a partir desse discurso estadunidense de combate ao tráfico internacional de drogas, com investimentos pesados em capitais e em treinamentos dos aparelhos repressivos do Estado, a fim de dar uma melhor resposta a essa nova reestruturação do tráfico nas Américas. É notório, em países como a Colômbia, a grande intervenção norte americana nos assuntos internos relacionados ao comércio e produção de drogas. Essas ações tiveram impactos também no Paraguai, Peru e Bolívia, que recebem incentivos financeiros estadunidenses para o combate aos narcotraficantes.

ESPECIFICIDADES DO COMÉRCIO DE DROGAS EM CORUMBÁ

A fronteira de Corumbá-Ladário (Brasil)-Arroyo Concepción-Puerto Quijarro-Puerto Suárez (Bolívia), se torna uma das principais rotas de escoamento da produção de pasta base e cocaína colombiana e boliviana, principalmente, o que alterou de maneira significativa a economia local e propiciou formas específicas de comercializar essas drogas na região. É importante ressaltar que Corumbá é uma cidade conhecida nacionalmente como uma das principais portas de entradas para o interior do Brasil de pasta base de cocaína e de cocaína providas da Bolívia, evidenciando assim um relativo sucesso das redes ilegais que operam na região face ao aparato repressivo estatal.

Entendendo a importância geopolítica e econômica da cidade de Corumbá para a existência de uma fronteira dinâmica entre Brasil-Bolívia, analisaremos algumas formas e modalidades de trabalho “ilegal” e suas dinâmicas fronteiriças específicas a partir do trabalho dos comerciantes de drogas ilícitas da região. O comércio de drogas local⁴ que opera entre Ladário/ Corumbá e Puerto Quijarro/ Puerto Suarez apresenta alguns elementos que nos permitem discutir como a fronteira pode favorecer uma capitalização rápida a partir deste comércio, que gera uma rede ampla de atores sociais transnacionais que trabalham com esse tipo de atividade. Para realizar esta tarefa, partimos do pressuposto de que na chamada economia “ilegal”, prevalece a mesma lógica da chamada economia “legal”, sobretudo a partir do ponto de vista dos atores sociais envolvidos e das operações e dispositivos de acumulação de dinheiro e de obtenção de lucro e reinvestimento que são postos em ação na fronteira.

Entre o centro da cidade de Corumbá e a fronteira com Arroyo Concepción, em Puerto Quijarro é preciso percorrer aproximadamente 8 km de rodovia, o que diferencia essas cidades de localidades como Ponta-Porã – Pedro Juan Caballero (na fronteira Brasil-Paraguai), ou Santana do livramento- Rivera (na fronteira Brasil – Uruguai), que formam as chamadas “cidades gêmeas”, compartilhando o mesmo espaço urbano contínuo. Para chegar à Bolívia, partindo de Corumbá é preciso atravessar um pequeno trecho de estrada, chamada Rodovia Ramon Gomez. Os moradores da fronteira sentem-se no direito de ultrapassar as barreiras nacionais, e o fazem cotidianamente, construindo laços sociais que vão além das meras relações comerciais e da manutenção dos negócios transfronteiriços. Esta movimentação de pessoas, tradições e mercadorias nesta região demonstra que a fronteira representa, para seus habitantes, tanto um recurso econômico quanto social (VALCUENDE & CARDIA, 2009). É preciso, portanto, saber em que medida trabalhar a dupla condição da fronteira ora como passagem, ora como barreira; ora como local de trocas e fluxos, ora como limite dos Estados, onde operam os aparatos de controle e vigilância.

4 Trataremos nesse artigo o comércio de drogas e suas redes dessa região de fronteira apenas, ou seja, trataremos do comércio feito nesta região e não a saída da droga dessa região para algum grande centro.

Ao trafegar por dois ou mais regimes jurídicos e econômicos, algumas mercadorias adquirem o status de ilegalidade perante legislações nacionais, escapando também ao recolhimento de tributos, o que propicia grandes lucros para os comerciantes e baixos preços para os consumidores. Esta operação de compra e venda característica das fronteiras não apenas fornece o mecanismo de capitalização de comerciantes, como dinamiza a vida econômica dessas cidades fronteiriças, gerando parte significativa dos empregos (em sua maioria, informais), movimentando o consumo, atraindo mão-de-obra fixa e transitória para essas localidades. Além disso, podemos pensar em que medida a peculiaridade da situação das fronteiras nacionais condiciona certas práticas de aquisição de lucro e configura um modo específico de fazer negócios, sejam eles legais ou ilegais. A fronteira é entendida, assim, como um lugar onde há a possibilidade de ascensão social para determinados indivíduos e onde existe certa liberdade de ação em relação às leis nacionais, em função da existência de dois ou mais regimes jurídicos, econômicos, políticos e sociais em um local de oportunidades para negócios em função da ambigüidade de valores de moedas e por ser um ponto na rota de mercadorias entre países. A existência de dois câmbios de moedas é um dos fatores que torna tão atrativo o comércio de drogas na região, pois ao passar para o lado brasileiro os comerciantes de drogas conseguem grandes margens de lucro sobre o produto.

É justamente por ser um espaço liminar que a fronteira revela toda sua riqueza e complexidade, constituindo-se por um lado, como uma área propícia à insubordinação de indivíduos e grupos sociais em relação à legislação nacional, e como um lugar onde existe relativa liberdade de ação (que a torna uma região mais fluida e não totalmente estruturada); e por outro, como um lugar onde se exerce visivelmente o controle e repressão do Estado que pretende controlar e regular seu espaço soberano. Neste sentido concordamos com Velho, quando compreende a fronteira como *“o locus onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor de combinam e, é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira”* (VELHO, 1979, p.102). De acordo com Machado, nas fronteiras está sempre presente o

“desafio ao conceito de lei territorial representado pela situação de fluidez e imprevisibilidade nas faixas de fronteira, onde pouca lei e pouco respeito à lei desafiam os limites de cada estado. Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes trans-fronteira mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios estados e por outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente à essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei”. (MACHADO, 1998, p. 6).

Existe, portanto, em vários momentos, uma tensão entre a lógica do estado e a lógica dos moradores, que desafiam e transgridem as normas e os limites estabelecidos pelo mapa, que representa um símbolo da soberania e da gestão administrativa do território. A situação do comércio realizado entre os dois lados da fronteira, que dentro da ótica do Estado e do dogma da soberania pode ser visto como “tráfico”, “contrabando”, ou “descaminho”, ou ainda como uma prática comercial danosa ao comércio da cidade e do país, é de fato, uma prática comercial e de subsistência que faz parte da vida das cidades (da região fronteira) e da vida das pessoas (vendedores e consumidores). Sejam taxistas, vendedores, sacoleiros, traficantes, turistas ou mesmo consumidores comuns, de alguma forma, todos lidam diretamente com esta questão no seu dia-a-dia, em função das vantagens comerciais decorrentes da existência de dois ou mais câmbios na fronteira.

Um aspecto importante dos negócios fronteiriços é a questão da possibilidade real de estabelecimento de negócios ilegais específicos, que lidam diretamente com a existência das fronteiras nacionais. É preciso destacar, porém que de maneira nenhuma estamos dizendo que as fronteiras sejam o lugar por excelência do ilegal, do marginal, reificando preconceitos sobre essas regiões e tampouco estamos ignorando que lugares que não estão nas fronteiras nacionais não desenvolvam atividades ilegais. O que buscaremos analisar é a seguinte questão: que modalidades de trabalho “ilegal” ou “paralelo” são possíveis em função da fronteira? Quais as especificidades do comércio de drogas na cidade de Corumbá? Em que sentido adotam a mesma lógica de aquisição de capital efetuada por vias “legais”?

Para entendermos alguns dos aspectos dessas interações sociais, que se situam nas fronteiras entre o legal e o ilegal (que geram, de fato, poderosos processos de integração informal na fronteira), podemos supor que o fator mobilidade seja um dos mais importantes. Sendo assim indagamos as seguintes questões: como se movem as pessoas e mercadorias nesta fronteira? Quais são os atores sociais responsáveis por esses fluxos? Como se organizam?

Segundo Machado (2007) uma das principais razões do sucesso das redes ilegais frente ao aparato repressivo do estado, está vinculada há integração horizontal dessas redes, devido ao enorme risco que esse comércio ilegal oferece aos atores envolvidos, necessita-se de pontos de conexão (cidades) que servirão de verdadeiros corredores para o escoamento do produto,

“[...] Ao contrário das organizações legítimas, o negócio ilegal exige integrar a visão desde baixo, pelo motivo óbvio de estar sujeito a uma maior exposição ao risco no terreno. A exploração, e eventual êxito, dos negócios ilegais são fortemente dependentes de conexões locais, tendo em vista que operam com complexas e instáveis redes de informação.”
(MACHADO, 2007, p.176)

De acordo com esta mesma autora (1998) a fluidez dos limites e a consequente possibilidade de “driblar” os circuitos oficiais podem beneficiar os habitantes da faixa de fronteira, mas *“existem indicadores de que o maior beneficiário é a economia paralela dos países limítrofes. No Brasil é bastante conhecida a centralidade de Foz do Iguaçu para os circuitos de “sacoleiros”, assim como Ciudad del Este se transformou em lugar central para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro através do circuito bancário”*. (MACHADO, 1998: 4). Para esta autora, atividades ilegais como o comércio de drogas e o comércio de dinheiro (moeda, papel ou crédito) compartilham a mesma ambiguidade: *“a de potencializar os lucros, ao atuar de forma transnacional e, ao mesmo tempo, de se beneficiar das diferenças jurídico-político-econômicas entre os estados nacionais”*. (MACHADO, 1998: 7).

Corumbá a partir dos anos 80 do século 20 entrou na rota das redes ilegais do tráfico de drogas, primeiramente apenas como uma “cidade corredor” ou ponto de conexão dos grandes cartéis da droga para o abastecimento dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo (OLIVEIRA e COSTA, 2011). Devido à facilidade em adquirir o produto nessa região, ao longo do tempo criou-se uma rede interna de distribuição da droga nessa região de fronteira, com uma grande expansão a partir dos anos 90. Hoje nota-se a consolidação dessas redes devido ao grande número de pontos de venda de drogas na cidade. De acordo com Lauter da Silva Serra secretário de saúde de Corumbá, no debate do Encontro Estadual de combate as Drogas *“Hoje em Corumbá existem mais de 280 bocas⁵ cadastradas fora as que não estão⁶”*. Ainda não temos dados oficiais do número estimados de pontos de venda de drogas na cidade de Ladário. O que é importante ressaltar é o grande número de pessoas que trabalham diretamente ou indiretamente com esse tipo de comércio na região.

Este processo de circulação de riquezas, de possibilidades de negócios e de acumulação de capital depende, portanto, de um espaço relativamente integrado em redes mais amplas (com outros centros urbanos), em circuitos do grande capital e com alguma infra-estrutura de serviços do Estado. Não é, portanto, qualquer região de fronteira entre países que reúne essas condições, e é a cidade (o núcleo urbano) de fronteira que vai se configurar como o espaço propício para as oportunidades de negócio e de atração de mão-de-obra e como um mercado consumidor. Neste sentido, as cidades de Corumbá-Ladário (Brasil) podem ser consideradas como um dos principais núcleos urbanos de fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos, como um ponto de conexão entre portos do oceano Pacífico e Atlântico e que conta com rodovias, ferrovias, hidrovia e aeroportos.

5 As chamadas bocas derivado de boca de fumo, são os pontos de venda de drogas (pasta base, cocaína, maconha, crack) situadas nos mais diversos lugares da região de fronteira.

6 Seminário Estadual de Políticas Públicas de combate as drogas realizadas em Corumbá nos dias 1 e 2 de julho de 2011.

Para Becker (1985), a estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano, que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação e de seu ordenamento territorial. Para esta autora os núcleos urbanos, entre outros aspectos, constituem-se como dispositivos espaciais que sustentam a circulação, principalmente da força de trabalho e do capital. Assim, a circulação, principalmente de capital, força de trabalho e de informação, é que constituem a base da integração da fronteira (BECKER, 1985). Entre os fatores de atração de pessoas para os núcleos urbanos de fronteira, destacamos a presença da escola e serviços públicos, as maiores oportunidades de emprego e uma expectativa de acumulação de capital.

Nota-se que a consolidação desse mercado local de venda de drogas tanto no atacado quanto no varejo, se deu a partir das relações informais entre esses atores sociais transfronteiriços. Devido a essa integração informal, foram criadas relações das mais diversas entre bolivianos e brasileiros e que viram nesse comércio tanto uma possibilidade de se ascender socialmente devido ao lucro rápido da venda, quando para as necessidades de subsistência em função da falta de oportunidades no mercado formal de trabalho na região.

De acordo com as pesquisas etnográficas⁷ iniciadas em 2010, esse mercado de drogas foi se formando, em sua gênese no final da década de 1970, a partir de núcleos familiares (do lado brasileiro da fronteira) independentes, em sua forma de atuação de venda por atacado quanto no varejo, de qualquer tipo de relação com uma organização criminosa, se mantendo assim em sua grande parcela nos dias atuais⁸. Devido a essa organização de caráter familiar, baseada em redes de vizinhança, percebe-se, na cidade de Corumbá pouca disputa por territórios, assim como por *bocas* ou pontos de venda de drogas. Esta dinâmica específica do comércio de drogas local faz com que não haja violência exacerbada entre os comerciantes por territórios de venda, além do que, as *bocas* estão situadas, em sua grande maioria, em casas de família. Devido a este fato, há um cuidado por parte dos comerciantes de drogas em não chamar a atenção da polícia, o que seria ruim para os negócios de todos

7 O método etnográfico, consagrado na Antropologia Social, está baseado na chamada observação participante, na qual o pesquisador precisa estabelecer vínculos pessoais com os grupos sociais que estuda, a partir de uma longa permanência no campo de pesquisa. Além disso, este método de pesquisa considera a subjetividade dos atores sociais, ou seja, o chamado ponto de vista “nativo” para compreender interpretativamente o curso da ação social (ver MALINOWSKI, 1976, ZALUAR, 2009).

8 Nota-se a partir de 2001, o início da ação mais efetiva do PCC (Primeiro Comando da Capital) nessa região de fronteira. A partir de entrevistas realizadas com ex-detentos, que afirmam categoricamente, em relação à fundação de uma espécie de “filial” do PCC nessa região de fronteira a partir da mega rebelião dos presídios em 2001, vinculada a essa facção criminosa.

os envolvidos, além é claro de expor familiares desses indivíduos a todo tipo de risco. Os comerciantes de droga de Corumbá e Ladário preferem resolver essas disputas “pacificamente”, ou seja, a violência está implícita nos acordos feitos entre esses comerciantes para que se mantenha uma relativa “paz” entre os mesmos. Percebe-se, entretanto, que os casos de violência relacionados às *bocas*, em Corumbá, ocorrem mais por outros motivos, como o não pagamento de dívidas, por exemplo, do que por disputas pelos pontos de venda.

É preciso destacar também algumas peculiaridades da economia criminal, que segundo Nordstrom (2007) tem a “confiança no coração de suas atividades”. De acordo com esta autora, é justamente o fato de não haver a mediação de leis e de regulações do direito formal nas atividades criminosas, é que abre espaço para relações extremamente personalizadas, que vão engendrar a coesão social dos atores sociais envolvidos. Sendo assim, categorias nativas de comerciantes de drogas como “confiança”, em Nordstrom (2007) e “respeito”, em Bourgois (2010) indicam que há toda uma rede de confiança que se estabelece entre os produtores, comerciantes e usuários de drogas, que de acordo com Nordstrom (Idem) caracterizariam a existência de um “código de ética” mediado diretamente nas relações face a face e que demandam a satisfação dos clientes, o pagamento das dívidas e o recebimento dos produtos, sob ameaça sempre latente do uso da violência para solucionar os conflitos.

Em grandes centros do sudeste esta dinâmica da venda e distribuição de drogas, assim como da territorialização e organização em torno das facções são muito diferentes dos processos observados em Corumbá. No Rio de Janeiro, segundo Misse (2003), a organização do tráfico de drogas no varejo como ele se encontra hoje, se deu com a organização do chamado *movimento* pela falange vermelha (Comando Vermelho) e falange do jacaré (Terceiro Comando) a partir da década de 1980, varejo esse vinculado ao comércio de cocaína e não mais apenas ao comércio de maconha. Isto se deu a partir da consolidação das rotas internacionais do tráfico de drogas, colocando o Brasil como corredor de trânsito para o escoamento do produto para a Europa e Estados Unidos, dessa forma, a cocaína começou a chegar em grande quantidade nos centros urbanos, incluindo São Paulo, havendo assim um barateamento nos preços. A partir dessa configuração das rotas do tráfico internacional, houve a massificação do consumo da cocaína. Esses lucros advindos da cocaína logo ultrapassaram os lucros advindos da maconha. “[...] *A chegada da cocaína mais barata no início dos anos 80, consolida a transição do tráfico a varejo com base nas favelas, morros, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros da periferia da cidade*” (MISSE, 2003, P4). Hoje a territorialização é essencial para a manutenção da organização do *movimento* nos grandes centros urbanos devido aos enfrentamentos com a polícia, traficantes rivais e contra as milícias que tentam tomar os pontos de venda.

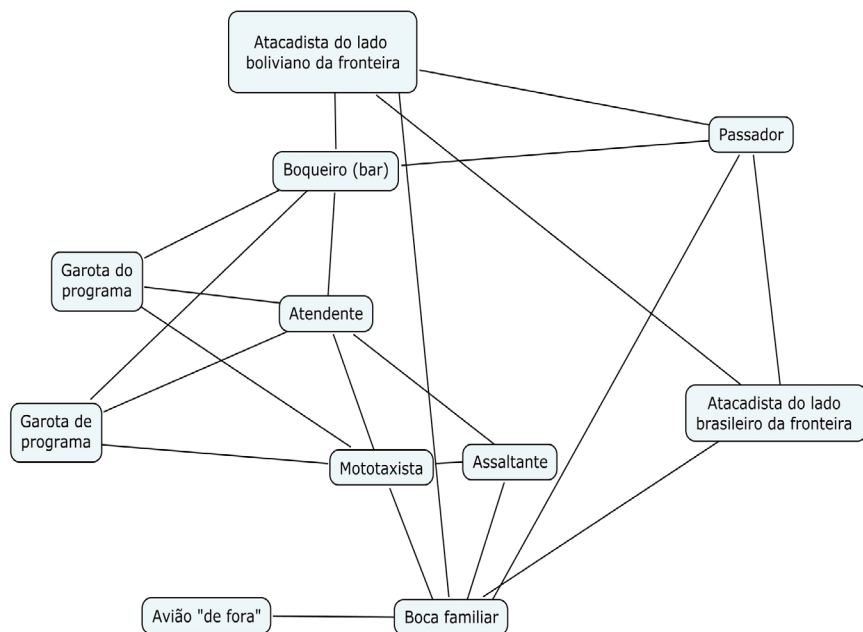
CAPILARIDADE DA ECONOMIA ILEGAL: NAS FRONTEIRAS ENTRE O LEGAL E O ILEGAL

Devido esse caráter familiar e relativamente independente do comércio de drogas nessa região de fronteira, criou-se toda uma rede de trabalhadores (in)diretos envolvidos nesse tipo de comércio ilícito. A pouca dificuldade em conseguir o produto e a facilidade em vender, aceleraram a proliferação desses pontos de comercialização de drogas (*bocas*) nessa região de fronteira. Devido a esse retorno financeiro rápido, acrescentando o valor ambíguo da moeda, típico do diferencial fronteiriço, os lucros podem chegar a mais de 200%. De certa forma esse lucro elevado e o ganho rápido, se tornaram um dos fatores preponderantes para a inserção de diferentes indivíduos como trabalhadores nesse tipo de comércio ilícito, apesar de todos os riscos que esse comércio acarreta. Por essa independência dos comerciantes na venda no varejo e no atacado, nota-se que existe uma grande trama de atores sociais que lucram com esse tipo de comércio na região, o que nos permite compreender o quanto essa economia “ilegal” está imbricada na economia “legal” dessa região de fronteira.

Através das pesquisas empíricas que estão em curso, identificamos dois pólos irradiadores desse tipo de comércio e que dessa forma se tornam um dos fatores preponderantes no recrutamento de indivíduos para trabalharem no comércio de drogas na região, o primeiro pólo já foi mencionado anteriormente que são as *bocas familiares* e o segundo pólo são as *bocas bares*.

Como o estudo dessas redes é extremamente complexa, nos deteremos no estudo de uma parte desta rede, ou seja, analisaremos as redes específicas da *boca bar* com suas peculiaridades. Em primeiro lugar, é preciso destacar que essa modalidade de comércio e suas redes se entrelaçam com as redes específicas da *boca familiar* (apesar de suas diferenças, que não serão abordadas neste artigo). O fato é que esses dois pólos formam uma rede maior do comércio de drogas, tanto no varejo quanto no atacado nessa região de fronteira. Também é importante ressaltar novamente o número de “empregos” que gera esse tipo de comércio nesse ambiente específico, o bar, e que pode variar e muito dependendo da localidade onde ele se encontra dentro da cidade. Vejamos a partir do quadro a seguir:

Figura 1. Fluxograma das redes de comércio de drogas na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá-MS



Fonte: Elaboração dos Autores

Na região da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, muitos traficantes varejistas brasileiros, têm contato direto com pessoas no lado boliviano, e assim não precisam de um intermediário atacadista brasileiro ou *passador* para obter o produto. Às vezes, a relação é tão próxima entre o varejista e o atacadista que vive na Bolívia, que o próprio atacadista boliviano leva a droga na *boca* sem precisar de um *passador*.

Outro ator importante nessa trama complexa das relações sociais entre os traficantes de fronteira é a figura do *passador*. O *passador*, geralmente é um indivíduo jovem, seja de classe média baixa, ou até mesmo da classe média alta, que, de acordo com as pesquisas realizadas, não depende totalmente do comércio ilícito para seu sustento e que faz esse tipo de serviço por aventura e para ganhar dinheiro rápido. É importante ressaltar que esses jovens *passadores* são empreendedores que atuam por vontade própria, mesmo sabendo dos riscos que esse tipo de traba-

lho lhes acarreta, disponibilizando até seus números de telefone para o fornecedor entrar em contato para uma próxima travessia da droga. Quando há a “contratação” do trabalho do *passador* é porque a fiscalização está bem “ativa” na região, já que não é preferível para o *boqueiro*⁹ ou o atacadista contratar o *passador*, já que isso diminuiria sua margem de lucro com o produto. Por isso, muitos *boqueiros* que não possuem uma relação mais “estreita” com algum atacadista do lado boliviano, preferem, assim, ir diretamente buscar o produto do outro lado da fronteira. Há também o atacadista do lado brasileiro da fronteira, que também tem seu papel na distribuição da droga na região, e são esses atacadistas que são os mais utilizados pelas bocas de fumo na hora de adquirir o produto, já que com esses atores sociais as bocas podem comprar o produto em menor quantidade para a venda. Através de entrevistas vemos a facilidade que a droga entra em Corumbá e Ladário:

P. Como você faz para passar com a droga do lado boliviano para o lado brasileiro?

Passador: bom cara eu coloco na mochila ou passo com ela de carro ou a pé mesmo depois pego ônibus. Depende muito de como eu vou para lá. (lado boliviano da fronteira).

O marco mais visível e simbólico dos limites da fronteira de Corumbá/Brasil está na aduana da Receita Federal, onde raramente ocorrem operações de fiscalização. Assim a droga entra “tranquilamente” em Corumbá e Ladário. Portanto a fiscalização efetiva das autoridades se dá na saída de Corumbá, na BR 262 no posto policial conhecido como “Lampião Aceso”. É nesse posto que se observa, de fato, os limites do estado sendo vigiados em relação a esse tipo de comércio. Em geral é neste local onde são presos os chamados *mulas* (indivíduos que levam a droga de Corumbá para outras partes do Brasil). Assim, através de entrevistas com alguns desses atores sociais chamados de *mulas*, que já fizeram esse percurso de saída da droga dessa região de fronteira, vemos toda a situação de perigo extremo vivida por esses indivíduos, chegando a atentar com a própria vida para conseguir chegar em seu objetivo final que é levar a droga ao interior do Brasil, ou seja, são os chamados “difíceis ganhos fáceis” nos dizeres de Vera Malaguti (1999).

9 É chamado de boqueiro, o dono do ponto de venda de droga nessa região de fronteira.

P. De que maneira você conseguiu passar a droga pelos postos de fiscalização da polícia na BR?

Mula:- bom cara eu engoli a droga eram mais ou menos 45 cápsulas de cocaína.

Remetendo à estrutura de venda de drogas do bar, foi possível perceber ao longo da pesquisa que não há uma organização hierárquica rígida entre esses atores sociais. A única rigidez desse comércio que podemos notar ocorre na relação entre o *boqueiro* ou o dono do bar e os atendentes do bar que são contratados e podem estar de carteira assinada ou não, ou seja, há um contrato de relação empregatícia (legal) entre ambos, porém relacionado ao trabalho do bar como empreendimento legalizado. Aqui vale a afirmação de Telles e Hirata quando escrevem que: “O cenário urbano é atravessado pelos circuitos superpostos de ilegalismos novos, velhos ou redefinidos, entre expedientes de sobrevivência, o trabalho irregular, pequenos empreendimentos locais e os negócios do crime que gravitam em torno dos pontos de venda de drogas ilícitas.[...]” Os atendentes geralmente são os de maior confiança já que são eles que serão os primeiros a sofrer a ação de uma possível batida policial, geralmente são estes é que sabem onde se encontra a droga escondida no estabelecimento, são os “olhos” do boqueiro, já que o boqueiro não fica o dia inteiro no bar colocando assim as responsabilidades de cuidar do bar em cima dos atendentes. Os outros atores sociais que participam dessa trama conhecem o boqueiro e freqüentam o bar, mas não tem um vínculo de subordinação a ele como os atendentes.

As *garotas do programa* são mulheres que ficam transitando pelo bar agenciando as garotas de programa para os freqüentadores do local e com esses agenciamentos ganham o seu “trocado” e também fazer o *corre*¹⁰ da droga para quem a procura, ganhando assim mais dinheiro com o ato de ir buscar a droga. Essas *garotas do programa* são mulheres mais “velhas”, antigas garotas de programa que continuam ou não na *vida*¹¹. Essas mulheres são bem conhecidas nos bares da cidade tendo amizade, inclusive nas esferas mais altas da sociedade, como nos relataram algumas entrevistadas. De acordo com entrevistas, muitas dessas mulheres eventualmente trabalham como domésticas e, em geral, não possuem um grau de estudo elevado e, portanto, usam esses ganhos advindos dos *corres* da droga para complementarem sua renda em casa.

10 Ato de ir buscar a droga para alguém ou para si própria em algum local de venda.

11 Tanto as garotas de(o) programa referem-se á vida, como a sua forma de trabalho denegrida diante da sociedade que as vêem.

As *garotas de programa*, também não mantêm um vínculo “forte” com o dono do bar (*boqueiro*), mas adquirem muito respeito e prestígio junto ao mesmo, já que são elas é que trazem os clientes para beber no bar e assim atuam como *aviões*¹² do dono do bar. Através das conversas de mesa de bar com os homens (em sua maioria), essas garotas de programa logo identificam um possível cliente para venda da droga e também podem lucrar com a venda. Além do programa, em cada *corre* que é realizado se ganha uma porcentagem em cima da venda de droga. Se o bar for um ponto de prostituição, ela poderá ou não ganhar esse dinheiro, dependendo do acerto com o dono do bar, já que o que pode ocorrer é o dono do bar deixá-la fazer *PR* (programa) no local em troca de que ela possa vender o produto para o seu possível cliente, e assim não é cobrada a taxa de permanência no local.

Os *assaltantes* geralmente chegam ao dono do bar para tentar *empurrar*¹³ algum produto roubado, em troca de alguma quantia de dinheiro ou droga. A quantidade de dinheiro ou droga a ser paga pelo dono do bar pode variar bastante, dependendo do produto em questão. Muitos *boqueiros* preferem não fazer receptações de pessoas desconhecidas ou mesmo fazer receptações, já que isso chama a atenção da polícia. Por este motivo, quando fazem a receptação, o produto tem que ser de “passagem rápida”, ou seja, tem que ser algo que possa ser vendido rápido que tenha um valor de troca que ele possa auferir um lucro elevado.

Os *moto-táxis* são fundamentais para os *corres* da droga para o *boqueiro*, já que são eles é que podem fazer com rapidez e de forma “silenciosa” a busca do produto no atacado. Muitos desses moto-taxistas fazem os *corres* para vários pontos de vendas na cidade, mostrando assim sua independência em relação aos pontos de venda. É comum também que alguns montem seu próprio “negócio” de venda de drogas, atuando nas portas de festas pela região ou buscando o produto na boca para algumas pessoas, ganhando assim uma porcentagem de venda paga pelo boqueiro e mais uma porcentagem cobrada da pessoa que mandou buscar. Os moto-táxis são de grande importância para agilizar de maneira rápida e eficaz o transporte da droga entre as redes.

É preciso que se diga, que obviamente nem todos os bares da cidade são pontos de venda de drogas, assim como nem todos os moto-taxistas da cidade estão envolvidos nesta atividade. Não queremos generalizar a disseminação dos pontos de vendas de drogas nesses es-

12 São pessoas que carregam consigo pequenas quantidades de drogas para serem vendidas dentro de festas por exemplo ou em qualquer outro lugar que propicie a venda.

13 Passar a diante o produto roubado, geralmente são celulares, capacetes de motocicletas, máquinas de fotos digitais

tabelecimentos da região e nem estigmatizar toda uma categoria profissional da cidade de Corumbá, o que queremos mostrar é o quanto essa economia dita “ilegal” circula em termos de ganhos econômicos para diferentes atores sociais que dependem dessa atividade (ou não) para complementar sua renda e de que forma alguns desses atores sociais utilizam esse comércio, mesmo que “indiretamente”, para aumentar seus lucros vendendo mais bebidas em seu bar.

A estrutura do gráfico descrita anteriormente é apenas um esboço das diversas formas que esse comércio nesses estabelecimentos toma forma. De acordo com Peraldi, “*Na lógica do criminoso ele é um “empreendedor” – agente da economia de mercado – como aquele que faz “renascer” a economia, de forma difusa na cidade.*” (PERALDI, 2007, P.112). Através do *bar boca* foi possível perceber a movimentação de uma gama de atores sociais que dependem de certa maneira da comercialização da droga, esses trabalhadores em sua maioria são pessoas de baixa renda, que circulam entre o “legal” e o “ilegal” em busca de oportunidades de sobrevivência e que viram nesse comércio mais uma forma de compensar seus “ganhos parcos e irregulares” nos dizeres de Telles (2010).

Devido a essa estrutura mutável não rígida do *bar boca*, o bar não necessariamente poderá ter um *boqueiro* que mande no comércio de drogas em seu estabelecimento. O que acontece nas maiorias dos estabelecimentos que funcionam como bar é a convivência do dono em relação ao comércio de drogas em seu estabelecimento por motivos diversos. Primeiramente, em um bar que funciona como ponto de venda e que não tem um *boqueiro* que o comande, seu dono é mais um trabalhador que montou seu negócio e que também viu nesse comércio outra maneira de maximizar seus lucros através da venda de drogas por terceiros, *aviões* vinculados às bocas familiares que se situam nas redondezas, aos moto-taxistas que também fazem os *corres*, às *garotas do programa*, assim como às *garotas de programa* que vendem a droga como *aviões*.

Assim, esses donos de bares ganham duplamente com o grande movimento que se estabelece em seus bares, isto é, há a garantia de movimento durante todo o dia e à noite (dependendo do horário de seu funcionamento), vendendo muitas caixas de cervejas e *espetinhos de gato*. “[...]Os indivíduos transitam nas fronteiras incertas do legal ilegal, sabem lidar com os códigos de ambos os lados, mas sabem sobretudo exercitar algo como uma “arte do contornamento” dos riscos alojados nas dobras do legal-ilegal. [...]” (Telles e Hirata, 2010, p.45).

Nota-se certo “silêncio” do aparato repressivo em torno desses bares, já que em nossas pesquisas de campo ainda em curso, observamos apenas uma “batida” policial nesse tipo de bar. Este evento nos levou a pensar nas “ligações perigosas” de que trata Misse (1997) onde este

autor debate a vendas das chamadas “mercadorias políticas”, ou seja, vínculos pessoais e políticos baseados nas relações de troca e reciprocidade. Essas “mercadorias” de acordo com o autor são vendidas por agentes estatais que parasitam nas dobras do legal e do ilegal vendendo proteção, trocando favores, fazendo uso de sua posição no aparelho estatal em seu próprio benefício. É justamente quando o elo dessa ligação se rompe é que pode haver uma batida policial como observamos no bar em questão. É preciso destacar também que muitos desses bares são frequentados por policiais e não há uma repressão destes em relação ao que acontece, há uma “vista grossa” por parte dos agentes repressivos com o discurso de que “para que haja repressão de forma efetiva, isto demanda um processo longo de investigação”. Além disso, o próprio aparato repressivo está inserido nas redes de relações pessoais e não utiliza o conflito ou a repressão violenta para tratar desses assuntos na cidade de Corumbá, preferindo a via da mediação e da negociação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar esta pesquisa utilizamos o método etnográfico, para entender o trabalho desses indivíduos a partir do ponto de vista dos mesmos, o que nos permitiu também uma melhor compreensão das relações indissociáveis entre o que se convencionou chamar de economia “ilegal” e “economia” propriamente dita. É na vida das ruas da cidade de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas que podemos enxergar as relações sociais envolvidas nessas modalidades de trabalho e a capilaridade deste fenômeno na vida dessas cidades de fronteira. Sendo assim, nessas pesquisas realizadas na fronteira Brasil-Bolívia, ressaltamos que as modalidades de trabalho, consideradas ilegais pelo Estado não podem ser subestimadas em sua importância na economia das cidades fronteiriças de Corumbá/ Ladário – Puerto Quijarro/ Puerto Suarez. Para termos a medida real do lugar que ocupam essas economias “criminais” na economia urbana desta fronteira, além das formas complexas de sua imbricação na economia dita “formal” e “legal”, devemos estar atentos às formas difusas e mutantes em que essas modalidades de trabalho se apresentam no cotidiano, com grande extensão e multiplicação de atores sociais implicados que usam o “diferencial fronteiriço” como um recurso (PERALDI, 2007). De acordo com este autor, (idem), a economia criminal funciona como um “*sistema de regulação e divisão desigual*”, em que “*todo mundo toca um pouco nos benefícios do comércio*”, o que se reflete na possibilidade de promoção social para numerosos atores sociais, implicados em uma vasta gama de negócios laterais à sua atividade “criminosa” (PERALDI, 2007: 120). É neste sentido que enfatizamos a necessidade de adotar uma mudança no

olhar, para compreendermos as modalidades de trabalho “ilegal” na fronteira, afastando-nos da dicotomia que associa o “Bem” ao trabalho legal/formal e o “Mal” ao trabalho ilegal/informal. Esta divisão absoluta existe, em grande medida, apenas como discurso oficial, distante da realidade empírica observada em que atores sociais, em graus variados de participação e aquisição de lucro “ilegal” estão envolvidos nessas atividades, que não apenas oferecem trabalho e subsistência a muitas pessoas, mas que possibilitam o reinvestimento “legal” de seus ganhos na cidade, a partir da mesma lógica capitalista dos negócios “legais”, em que prevalece a ética do “homem de negócio” e do “empreendedor”.

É a partir da compreensão da ação social dos indivíduos é que se torna possível superar o dogma da soberania, que pressupõe a fronteira apenas como um limite estático e monolítico do Estado Nacional ou como um território subordinado ao poder central. As cidades fronteiriças se constituem como um campo de disputas por trabalho, rotas comerciais e pelo espaço da rua (como fonte de recursos econômicos e sociais), onde se dão também os processos de integração formal e informal de grupos sociais. Entender as modalidades de trabalho “ilegal” implica, portanto, em um afastamento de pré-julgamentos que inserem este fenômeno apenas nas esferas judicial e criminal. Como percebemos nos estudos de caso, os atores sociais envolvidos na economia “ilegal” não veem a si mesmos como criminosos, mas como trabalhadores, “que fazem seu ganho”, como empreendedores, inseridos na economia urbana da cidade de Corumbá, inclusive a partir de reinvestimentos feitos a partir da capitalização “ilícita”. A atuação subterrânea desses indivíduos, mesmo que de conhecimento tácito por parte de conhecidos, parentes, ou da população em geral, também não impede o crédito “na praça”, sua aceitação em lojas, em eventos sociais e estabelecimentos comerciais, muito pelo contrário. Ou seja, não é apenas o capital propriamente dito que se constrói a partir de trabalhos “ilegais”, mas também o prestígio social e a garantia de circulação social em Corumbá e nas cidades vizinhas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Ed. Freitas Bastos, 1999.

BECKER, Bertha K. 1985. *Fronteira e Urbanização Repensadas*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, ano 47, n. 3/ 4, p.315-476.

BOURGOIS, Felipe. *En Busca de Respeito: vendendo crack em Harlem*. 1 ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2010.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá. Confluências das Frentes Espanhol e Portuguesa em Mato Grosso, 1536-1778*. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes in: T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49

_____. Região Fronteiras e Redes Ilegais – Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. LIMES – Revista Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali, Suplemento al n.3/2007, p.173-183.

MACHADO, Tito, C. M. Os Elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Editora Abril, 1976.

MISSE, Michel. *As Ligações Perigosas: mercado informal ilegal narcotráfico e violência no Rio de Janeiro*. Contemporaneidade e Educação, v.1, n.2, 1997. P.93-116.

_____. MISSE, Michel. O Movimento: construção e reprodução das redes do Mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência, in: *Drogas e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

NORDSTROM, Carolyn. 2007. *Global Outlaws. Crime, Money and Power in the contemporary world*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.

OLIVEIRA, G.F & COSTA, G.V.L. Alguns Apontamentos em Relação ao Tráfico de Drogas na Fronteira: Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia. Texto apresentado no III Seminário de Estudos Fronteiriços em Corumbá. Anais ISSN 2178-2245.

PERALDI, Michel. 2007. *Economies Criminelles et Mondes d’Affaire à Tangier. Cultures e Conflits*, No. 68, p. 111-125.

STEIMAN, Rebeca. *Mapa da droga*. Monografia de Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro: 1995: 38p.

TELLES, Vera da Sila & HIRATA, Daniel Veloso. 2007. *Cidade e Práticas Urbanas: nas fronteiras incertas entre o legal, o informal e o ilícito*. Estudos Avançados 21 (61).

TELLES, Vera da Silva. 2010. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. in: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Contro-*

le Social. Vol. 2 – n o 5-6 – JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ 2010 – pp. 97-126

TELLES, Vera da Silva e HIRATA, Daniel Veloso. 2010. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2, pp. 39-59

VALCUENDE DEL RÍO, José M^a; CARDIA, Lais M. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, vol. XIII, núm. 292 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

VELHO, Otávio Guilherme. 1979. *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento). Difel: São Paulo e Rio de Janeiro.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no Perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *MANA* 15(2): 557-584, 2009.